

BASE DE SUBMARINOS DA ILHA DA MADEIRA/RJ

Termo de Referência 46/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
46/2025	791540-BASE DE SUBMARINOS DA ILHA DA MADEIRA /RJ	PATRICIA VIANNA DOS SANTOS	08/06/2026 14:56 (v 0.12)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		63135.000881/2025-10

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63135.000881/2025-10)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.O objeto da **contratação de empresa especializada e credenciada pelo fabricante** para realização de **Serviços Comuns de Engenharia** para troca de módulos do sistema do ar condicionados tipo CHILLER, com a finalidade de atender às necessidades do modelos RCU2A015A9PZ da Base de Submarinos da ilha da Madeira, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UF	QTD	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
	<p>01 - Serviços Gerais</p> <ul style="list-style-type: none">• Desinstalação de 04 (quatro) módulos HITACHI;• Instalação de 04 (quatro) novos módulos HITACHI;• Limpeza física e química da rede de água gelada;• Fornecimento e substituição dos rolamentos e selos mecânicos das duas bombas de água gelada, modelo: WEG – 12216116.• Balanceamento de turbina, troca correia, 2 (dois) atuador para Damper Honeywell Cn7510a2001 24v Ac/dc(chave de fluxo) <p>Observação: Todos os módulos fornecidos deverão possuir grau de proteção IP66, aptos para exposição ao tempo, com proteção contra jatos de alta pressão provenientes de qualquer direção e proteção total contra a entrada de poeira e resíduos.</p> <p>2. Módulos HITACHI</p>				

1	<p>Módulo 01 – HITACHI RCM2VA015AM9S4SS (INVERTER)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento do modulo e instalação de acordo com o projeto; • Instalação do sistema de interligação elétrica e automação; • Sistema de interligação hidráulica da rede de agua gelada; • Fornecimento e substituição da chave de fluxo da rede de água gelada. • Conexão do circuito de gás refrigerante entre as unidades, incluindo fornecimento e instalação das linhas de cobre (líquido e sucção), isolamento térmico apropriado, suportação e testes de estanqueidade e vácuo conforme normas técnicas. 				
	<p>Módulo 02 – HITACHI RCM2FA015AS9S4SS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento do modulo e instalação de acordo com o projeto; • Instalação do sistema de interligação elétrica e automação; • Sistema de interligação hidráulica da rede de agua gelada; • Fornecimento e substituição da chave de fluxo da rede de água gelada. • Conexão do circuito de gás refrigerante entre as unidades, incluindo fornecimento e instalação das linhas de cobre (líquido e sucção), isolamento térmico apropriado, suportação e testes de estanqueidade e vácuo conforme normas técnicas. 	22454	SV	1	R\$ 392.576,331
	<p>Módulo 03 – HITACHI RCM2FA015AS9S4SS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento do modulo e instalação de acordo com o projeto; • Instalação do sistema de interligação elétrica e automação; • Sistema de interligação hidráulica da rede de agua gelada; • Fornecimento e substituição da chave de fluxo da rede de água gelada. • Conexão do circuito de gás refrigerante entre as unidades, incluindo fornecimento e instalação das linhas de cobre (líquido e sucção), isolamento térmico apropriado, suportação e testes de estanqueidade e vácuo conforme normas técnicas. 				
	<p>Módulo 04 – HITACHI RCM2FA015AS9S4SS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento do modulo e instalação de acordo com o projeto; • Instalação do sistema de interligação elétrica e automação; • Sistema de interligação hidráulica da rede de agua gelada; • Fornecimento e substituição da chave de fluxo da rede de água gelada. • Conexão do circuito de gás refrigerante entre as unidades, incluindo fornecimento e instalação das linhas de cobre (líquido e sucção), isolamento térmico apropriado, suportação e testes de estanqueidade e vácuo conforme normas técnicas. 				
	<p>Garantia estendida como instrumento de proteção à Administração Pública. (subitem 4.30 do ETP)</p>				

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12(meses) meses contados a partir da data de entrega dos serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O serviço é enquadrado como **Serviços Comuns de Engenharia** não continuado. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar em conformidade com o manual técnico e o escopo de serviço.

1.4 Garantia do serviço de 12 meses.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Com fulcro no parágrafo único, do art. 1o, do Decreto no 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto no 11.137, de 18 de julho de 2022 c/ c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR), conforme detalhamento a seguir:

I) Código PAR: 63/2025

II) Data da aprovação de inclusão do objeto no PAR:03/10/2025

III) CATSER: 22454

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Considerando que os serviços a serem contratados são de natureza comum poderá ser adotada a licitação na modalidade de PREGÃO para **serviço comum de engenharia**, regida pelo Art. 29. Parágrafo único da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do decreto nº 9507 de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato pelas partes, não prorrogável, na forma dos artigos Art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O serviço é por empreitada com prazo pré determinado para entrega, apesar de ter garantia de 12 meses, o mesmo é enquadrado como não continuado, pois não haverá contrato de manutenção preventiva para o objeto, mas o contrato cobre a manutenção corretiva durante o período estipulado caso o objeto apresente defeitos nos módulos ou sistemas anexados ao mesmo.

3.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3.7. A Contratação abrange a prestação de serviços de Instalação, Desinstalação e Manutenção corretiva em aparelhos de ar condicionado e seus sistemas, com fornecimento de peças, a serem executados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em regime de execução de empreitada por preço global.

3.7.2. Manutenção Corretiva

A manutenção corretiva será executada mediante o cumprimento de Ordens de Serviço. A manutenção corretiva tem caráter eventual, e consistirá na correção de defeitos que prejudiquem ou impeçam o correto funcionamento dos aparelhos de ar condicionado. Na manutenção corretiva deverá estar incluso os valores de mão de obra e peças necessários para a solução da falha do equipamento.

3.8 A Empresa deve consultar os arquivos técnicos anexo a este ETP, onde terá visão geral do local com posicionamento dos equipamentos principais com fotos ilustrativas detalhando o ambiente onde estão instalados, com planilha informativas dos equipamentos como determina (art. 67, § 1º da lei 14133/21) para fins de qualificação técnica e futura medição.

3.9 Os módulos retirados serão enviados para destino apropriado conforme legislação vigente da MB.

3.10 A garantia estendida garante que após o cumprimento da garantia legal de 90 dias, a prestação do serviço para possíveis correções dos serviços prestados possam ser corrigidos pela empresa credenciada contratada, não gerando mais nenhum ônus para administração Pública enquanto durar a garantia legal dos equipamentos instalados no prazo de 12 meses.

3.11. Realizar o adequado acondicionamento e destinação das sucatas de ar-condicionado, seguindo a legislação vigente.

3.11.1. Implementar sistema de logística reversa para a coleta e destinação ambientalmente adequada das sucatas.

3.11.2. Implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental, comprovando a correta destinação das sucatas e o pleno atendimento à legislação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. No que diz respeito ao planejamento de obras e serviços, para definição do projeto básico, é possível identificar três etapas principais em que o desenvolvimento sustentável deve ser observado:

- a) Quando da definição dos aspectos técnicos do objeto (especificação técnica);
- b) Na minimização do impacto (prevenção de resíduos); e
- c) Quanto à destinação ambiental dos resíduos e rejeitos (gestão de resíduos);

4.1.2. Deve ser previsto no projeto básico o uso de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; conforme certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO);

4.1.3. Prever na proposta de projeto básico, a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos e equipamentos existentes no prédio 2727, oriundos das correções e melhorias do sistema de ar-condicionado e automação;

4.1.4. Prever a mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental;

4.1.5. Prever a utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

4.1.6. Priorizar a adoção de processos administrativos na sua forma eletrônica, onde os documentos deverão ser gerados e mantidos em sua forma digital e, com o objetivo de garantir a integridade deles e sua rastreabilidade, utilizar recursos tecnológicos de segurança da informação, objetivando reduzir o número de cópias e impressões em papel.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente aquisição se faz necessário a instalação de produtos da HITACHI pois :

Considerando que os sistemas de climatização atualmente instalados utilizam equipamentos da marca **Hitachi**, a adoção do mesmo fabricante mostra-se necessária para **preservar a padronização do sistema de refrigeração**, conforme previsto no Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A manutenção da padronização garante:

- **Compatibilidade técnica do sistema de monitoramento e condução** entre os novos equipamentos e os já existentes, evitando falhas de integração com sistemas de automação, controles eletrônicos e infraestrutura elétrica;
- **Racionalização de custos de manutenção**, uma vez que a utilização de um único fabricante permite otimizar o estoque de peças de reposição e reduzir a necessidade de múltiplos contratos de assistência técnica especializada;
- **Eficiência operacional**, pois técnicos já capacitados no manuseio dos equipamentos Hitachi podem realizar intervenções com maior agilidade e segurança;
- **Continuidade dos serviços essenciais**, evitando riscos de paralisação decorrentes de incompatibilidades entre diferentes marcas.

Dessa forma, a escolha do fabricante Hitachi não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida **técnica e economicamente justificada**, necessária para assegurar a eficiência, a economicidade e a confiabilidade do sistema de climatização da Administração.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Em observância ao disposto no **Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, a indicação da marca **Hitachi** para os equipamentos de climatização justifica-se pela necessidade de **padronização e compatibilidade técnica** com os sistemas já instalados.

A utilização de outra marca implicaria adaptações de infraestrutura, aumento de custos de manutenção, necessidade de múltiplos estoques de peças e risco de falhas de integração com os equipamentos existentes.

A escolha da marca Hitachi assegura a **continuidade dos serviços**, a **economicidade** e a **eficiência operacional**, atendendo ao interesse público e garantindo a melhor execução do objeto contratual.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Dos serviços a serem prestados

4.7. A demanda prevista no presente certame foi estimada considerando levantamentos em plantas e projetos existentes no acervo da BSIM. A Base de Submarinos da Ilha da Madeira, demandantes destes serviços, está estabelecida no municípios de Itaguaí estado do Rio de Janeiro.

4.7.1. Os proponentes deverão realizar visita técnica e ter conhecimento do equipamento ao qual deseja realizar o devido serviço.

4.7.2. Ter conhecimento do escopo de serviço para: Instalação, desinstalação de equipamento de ar condicionado, abrangendo tubulação hidráulica, tubulação de gás, instalação elétrica, limpeza físico química da tubulação hidráulica, tratamento da água, instalação da automação e a devida inicialização e operação de todo o sistema devidamente configurado atendendo aos padrões constate do projeto.

4.7.3. **A empresa deve ser especializada e credenciada pelo fabricante** para realização de **Serviços Comuns de Engenharia** para troca de módulos do sistema do ar condicionados tipo CHILLER, com a finalidade de atender às necessidades do modelos RCU2A015A9PZ da Base de Submarinos da ilha da Madeira, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

4.7.4. Consultar os arquivos técnicos onde os mesmos detalham componentes acessórios e demonstram posições do sistema Chiller. Dentro dos arquivos técnicos existem fotos do local e dos equipamentos onde a empresa terá noção das dimensões e do serviço a ser executado e terão acesso as planilhas informativas. Somado aos arquivos técnicos, foram anexados os devidos manuais do sistema.

4.8. Os serviços a serem contratados se enquadram como comuns, haja vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, a sua interrupção pode comprometer o funcionamento continuado desta base. O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

4.8.1. Os módulos devem ser da mesma marca do projeto inicial instalado, pois os mesmos estão associados a um sistema de monitoramento central do complexo onde todas as variantes corresponde a um valor único e valor esse que está programado no sistema de monitoramento. Qualquer valor diferente do que foi programado causará leitura equivocada dos parâmetros de climatização onde acarretará um mau funcionamento de todo o sistema.

4.9. A contratada deverá dispor em seu quadro de funcionários Engenheiro Mecânico ou Técnico de nível médio, com registro no CREA, para prestação dos serviços de instalação, manutenção preventiva, manutenção corretiva dos sistemas de refrigeração de ambiente descrito no item 2 deste ETP, com disponibilidade de equipamentos, ferramentas, instalação física apropriada e específica, com pessoal técnico especializado, para o cumprimento do objeto desta contratação.

4.10. O prazo para execução dos serviços objeto desta contratação será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Nota de Empenho.

4.10.1.A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da Nota de Empenho, **cronograma físico-financeiro detalhado**, contemplando todas as etapas da execução, incluindo:

- a) Desinstalação dos módulos existentes;
- b) Fornecimento e instalação dos novos módulos;
- c) Interligações elétricas, hidráulicas e frigoríficas;
- d) Limpeza da rede de água gelada;
- e) Substituição de componentes mecânicos (bombas, rolamentos, selos, etc.);
- f) Testes, comissionamento e entrega final.

4.10.1.1 Verificar **Cronograma Físico-Financeiro detalhado** anexo.

4.10.2. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, observando as normas técnicas aplicáveis, em especial as normas da ABNT e recomendações do fabricante.

4.10.3. O prazo poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado pela Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.10.4. O atraso injustificado na execução sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

4.10.5. A CONTRATADA deverá prestar garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo, para:

- a) serviços executados;
- b) instalação dos módulos;
- c) funcionamento integral do sistema CHILLER;
- d) estanqueidade do circuito frigorífico;
- e) integridade das interligações elétricas e hidráulicas.

4.10.6. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá:

- a) corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer falhas, defeitos ou inadequações decorrentes da execução;
- b) realizar atendimento técnico no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** após a notificação;
- c) substituir componentes defeituosos por novos e originais, quando necessário.

4.10.7 A garantia abrange, inclusive:

- a) vazamentos no sistema de gás refrigerante;
- b) falhas de automação e controle;
- c) problemas decorrentes de instalação inadequada;
- d) desempenho inferior ao especificado pelo fabricante.

4.10.8 Caso o fabricante dos equipamentos ofereça garantia superior, prevalecerá o prazo mais vantajoso para a Administração.

4.11. A Contratada deverá ter pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço, inclusive quanto a localização desta base.

4.12. A contratada deverá seguir mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos irritantes para o consumidor, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, devendo no que couber, durante toda a execução contratual, observar os critérios de sustentabilidade ambiental e a implementação de ações que reduzam os impactos ambientais (os insumos fornecidos na contratação deverão respeitar as normas da ABNT, quanto à correta destinação dos resíduos sólidos); seguindo, no que couber, com os termos definidos no guia de contratações sustentáveis elaborado pela AGU.

4.13. A contratação compreende, além da prestação do serviço, o emprego de ferramental para a execução do serviço, emprego de equipamentos quando necessários, emprego de veículo para transporte e deslocamento dos equipamentos a serem mantidos e fornecimento de peças e materiais de consumo, para a execução plena do Objeto deste Estudo Técnico.

4.14. No atendimento dos serviços é necessário que a contratação contemple o material, equipamentos a serem utilizados e equipe técnica especializada, com suas devidas normas de segurança e EPIs.

4.15. A Contratada deverá comprovar sua capacidade técnica através de atestados que demonstrem sua aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis à contratação a ser realizada. Devendo também comprovar sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira através da apresentação de certidões negativas para estes fins, conforme definido em edital.

4.16. O serviço a ser contratado se enquadra como serviço comum de engenharia, porque as exigências técnicas para o serviço de manutenção de ar são usualmente praticadas no mercado da área de refrigeração, não havendo especificidades que impliquem em transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas a serem repassadas em transições contratuais.

4.17. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global dos serviços.

4.18. As empresas participantes poderão realizar vistoria, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento, através do e-mail luan.farias@marinha.mil.br e diego.coelho@marinha.mil.br.

- 4.19. Os serviços serão executados no horário e nos dias normais de expediente administrativo da Contratante, 08h às 16h, de segunda à sexta-feira, porém, em caso de essencialidade e necessidade, poderá ocorrer a eventual execução fora do horário normal de expediente administrativo da Contratante, sob condição de consulta e aprovação da Administração. No entanto, tal situação, caso ocorra, **não implicará adicional de preço**.
- 4.20. Os técnicos da Contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação.
- 4.21. A CONTRATADA deverá informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de realizar o serviço conforme o estabelecido.
- 4.22. A Contratada responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade.
- 4.23. A Contratada deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional.
- 4.24. Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos, incluindo ajustes, especificações, lubrificação e limpeza interna, quando necessário;
- 4.25. O escopo de serviço constará em anexo desse Estudo Técnico.
- 4.26. Entende-se por manutenção corretiva a substituição de peças gastas pelo uso. As peças e demais materiais (tais como o gás refrigerante, por exemplo) serão fornecidos pela Contratante.
- 4.27. **Normas Técnicas e Regulamentadoras:** A conformidade com normas é fundamental. É necessário seguir as diretrizes de segurança previstas nas Normas Regulamentadoras, como a NR-10 (segurança em instalações elétricas) e a NR-35 (trabalho em altura), que garantem a segurança dos funcionários durante as operações. Além disso, seguir as especificações da ABNT – por exemplo, a NBR 16401, que define critérios técnicos para sistemas de ar condicionado e refrigeração – é crucial para assegurar a eficiência e a segurança dos sistemas.
- 4.28. É Imprescindível que os técnicos e engenheiros envolvidos possuam formação específica, como cursos técnicos em refrigeração, climatização ou áreas afins. Em muitos casos, profissionais formados por instituições reconhecidas, ou com diploma em Engenharia Mecânica (com ênfase em sistemas de refrigeração), para contribuir significativamente para a excelência e segurança dos serviços prestados.
- 4.29. É vital que a equipe esteja em constante atualização. Cursos de reciclagem e certificações periódicas garantem que os profissionais se mantenham atualizados com as últimas tecnologias e mudanças na legislação técnica e ambiental. Essas certificações não só aumentam a credibilidade da empresa, mas também asseguram que o trabalho seja realizado dentro dos padrões de qualidade exigidos pelo setor.
- 4.30. **Definição do Escopo de Atuação:** É importante que a empresa defina claramente se possui qualificação para segmentos de refrigeração industrial. Cada segmento da refrigeração, pode demandar uma especialização técnica diferente podendo exigir treinamentos e equipamentos específicos, aumentando a complexidade dos serviços prestados.
- 4.31. A empresa contratada para a prestação dos serviços de manutenção, instalação ou reparo de sistemas complexos de refrigeração fica expressamente obrigada a portar, em regime de disponibilidade permanente durante a execução dos serviços, o conjunto completo de ferramentas, instrumentos e equipamentos técnicos necessários, devidamente calibrados e em perfeito estado de funcionamento, para a realização de todas as etapas do serviço.
- 4.32. A contratada obriga-se a executar todos os serviços definido no escopo relacionados às **instalações elétricas** e aos **sistemas de tubulação, automação** estritamente de acordo com as normas técnicas vigentes, tais como a NBR 5410 para instalações elétricas, bem como outras normas correlatas aplicáveis, vedando expressamente o emprego de quaisquer soluções improvisadas (**comumente denominadas "gambiarras"**).
- 4.33. **Fiscalização e Penalidades** A verificação do atendimento a esta cláusula será realizada por meio de inspeções periódicas durante a execução do serviço, conforme previsto no cronograma de fiscalização deste instrumento. O descumprimento das disposições ora estabelecidas, mediante a identificação de soluções improvisadas, implicará na exigência de correção imediata da não conformidade, sem ônus adicional para a contratante, e poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, inclusive rescisão contratual, conforme o grau de infração constatado.
- 4.34. O prazo para a garantia do serviço prestado será de 12 meses devido a garantia dos módulos a serem adquiridos. Ressalta-se que o serviço não será continuado e sim será acionado a garantia dos serviços executados apresentarem defeitos de fabricação instalação e não de condução.
- 4.34.1. Considerando que a empresa fornecedora dos módulos de ar-condicionado industrial estabelece em sua documentação técnica na pagina 108, anexa a este ETP , onde indica que o prazo de garantia contratual de 12 (doze) meses para os equipamentos adquiridos e instalados por empresa credenciada, solicita-se que este prazo seja adotado como referência no contrato administrativo.
- 4.34.2. A conformidade com as condições ofertadas pela contratada pela contratada, garantirá maior segurança jurídica à Administração Pública e preservará o interesse público quanto à durabilidade e funcionalidade dos bens adquiridos. A adoção do prazo de 12 meses também está alinhada com as boas práticas de gestão patrimonial e manutenção preventiva, conforme previsto na Lei nº 13.589/2018 (PMOC), que exige controle técnico contínuo dos sistemas de climatização.
- 4.34.3. A inclusão do prazo de garantia de 12 meses no contrato é plenamente justificada, uma vez que representa o compromisso assumido pela empresa fornecedora e contribui para a eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos.

4.35. A Empresa deverá ser Credenciada ao Fabricante

4.35.1. Considerando a necessidade de garantir a máxima eficiência, segurança e confiabilidade na prestação dos serviços, justifica-se a contratação de empresa credenciada ao fabricante do equipamento/sistema em questão. Equipamento adquirido e instalado por Empresas credenciadas possuem treinamento técnico especializado e tem garantia estendida, acesso direto a peças originais, atualizações de software e suporte técnico oficial, o que assegura maior qualidade na execução dos serviços.

4.35.2 Comprovação de Qualificação Técnica da Equipe Especializada

Em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a licitante deverá comprovar a qualificação técnica dos profissionais que serão responsáveis pela instalação, configuração, parametrização, implantação, treinamento, suporte e demais serviços relacionados à solução ofertada. Para tanto, deverá apresentar certificados de treinamento, capacitação técnica, credenciamento ou documento equivalente, emitidos diretamente pelo fabricante, desenvolvedor ou fornecedor oficial do sistema objeto da contratação, demonstrando que os profissionais indicados possuem habilitação específica para atuar na solução ofertada. Os certificados deverão estar válidos na data da apresentação da proposta, quando aplicável, e ser compatíveis com a versão ou tecnologia do sistema a ser implantado. A Administração poderá diligenciar junto à empresa emissora para verificar a autenticidade e a validade dos documentos apresentados. A não apresentação da documentação exigida ou a constatação de sua irregularidade implicará a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta, conforme a fase do certame, observados o contraditório e a ampla defesa.

4.35.2. O fabricante oferece **garantia estendida** para os equipamentos instalados por empresa credenciada. Tal objeto permite a contratação pública um diferencial significativo em relação a empresas não homologadas. Essa garantia adicional reduz riscos operacionais, evita retrabalho e contribui para a longevidade dos ativos, promovendo economia e previsibilidade nos custos de manutenção. Dessa forma, a contratação da empresa credenciada ao fabricante é a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e de segurança, atendendo aos princípios da eficiência e da boa gestão pública.

4.36. Garantia Estendida

4.36.1. Considerando a natureza **essencial e estratégica** do serviço a ser contratado, torna-se imprescindível a exigência de **garantia estendida** como instrumento de proteção à Administração Pública. A garantia estendida tem como finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto à qualidade, prazos e resultados esperados, além de resguardar o interesse público.

4.36.2 Devido a exigência de empresa credenciada para a execução do serviço e aquisição dos equipamentos do fabricante original do projeto, fica evidenciado a necessidade da garantia estendida onde o beneficiário será a contratada, gerando a necessidade de incluir um valor de (cinco) 5% do preço total a ser contratado, para cobrir o período posterior aos três meses subsequentes após a garantia legal, totalizando 12 meses de garantia total para a mão de obra correspondente ao serviço executado e proposto neste ETP e no TR.

4.36.3 De forma técnica e jurídica, pode-se afirmar que **o valor da garantia estendida não constitui obrigação imediata de pagamento à contratada**, pois sua natureza é de **cobertura securitária complementar** à garantia legal. Assim, **somente após o término da garantia legal e diante da efetiva necessidade de utilização da garantia estendida** é que se configura a obrigação de indenização ou pagamento, em conformidade com o contrato firmado e com o Código de Defesa do Consumidor (CDC). O pagamento referente a garantia estendida caso seja necessário será em parcela única e cobrirá os (nove) 9 meses subsequentes após o término da garantia legal independente de quantos chamados sejam necessário.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Cronograma de realização dos serviços, são os mesmos estabelecidos no manual com procedimentos de montagem testes e partida dos equipamentos citados. Que poderá ser solicitado através do e-mail: luan.farias@marinha.mil.br e diego.coelho@marinha.mil.br .

5.1.4. Após concluída a etapa de retirada e montagem dos acessórios e componentes descrito no escopo de serviço, iniciarão os períodos de teste, seguido da climatização e equalização dos ambientes atendidos pelo sistema de climatização.

5.1.5 O fechamento da ordem de serviço se dará após 10 dias de funcionamento do sistema de climatização do ambiente sem anomalias ou falhas.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Estrada Prefeito Wilson Pedro S/N Ilha Da Madeira, Município - Itaguaí UF: RJ Cep: 23826-640.

5.2.1 . Os serviços deverão ser realizada no prédio 2727 da Base de Submarinos , no horário das 08h00 e 16h00, em dias úteis.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas:

5.3.1. Estudo dos projetos existentes;

5.3.2. Levantamento das instalações existentes (chillers, torres de resfriamento, bombas de água gelada, climatizadores tipo fan coil, VRF das salas técnicas, rede de dutos, bocas de ar, caixas VAV, automação etc.);

5.3.3. Acompanhamento do funcionamento do ar-condicionado para identificar as principais queixas dos usuários;

5.3.4. Elaboração de diagnóstico de deficiências com emissão de laudo técnico.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Os materiais bem como as quantidades, deverão ser os já mencionados no escopo do serviço anexo a este TR.

5.4.2. A qualidade, condição indispensável para a execução do serviço está devidamente amparado pelo manual técnico do equipamento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Cumprimento fiel do manual técnico.

5.5.2. Uso da lista de material do manual para que as peças utilizadas sejam condizente com o equipamento originalmente instalado.

5.5.3. E o fiel cumprimento das conexões elétricas e hidráulicas e de automação para um bom funcionamento dos equipamentos conforme projeto do sistema.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) com **adição da garantia estendida de mais (nove) 9 meses**.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1. Será necessário período teste de 10 dias seguidos, contado a partir da finalização do serviço para recebimento definitivo do objeto;

5.7.2. Após cumprimento do item 5.7.1, dará inicio o contido no item 5.6

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das

estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de 08:00 às 16:00 de segunda-feira até sexta-feira enquanto perdurar o contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.33. Cabe ao gestor do contrato:

6.33.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.33.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.60.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.33.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.33.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.33.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.33.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Gestor de contrato

2ºT(RM2-EN) Luan Batista de Farias

Fiscal de Contrato

1ºSG-TE 02.1438.10 CHARLES DE JESUS RAMOS; e
2º SG-MO 10.0268.78 DIEGO ESTEVAM COELHO DOS SANTOS.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), documento este anexado ao ETP (Estudo técnico Preliminar)]

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade, não iniciando o seu período de garantia.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de fechamento da ordem de serviço que corresponde a 10 (dez) dias após a conclusão do serviço.

7.10.1 Para efeito da contagem da garantia prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), fica definido que no período em que o objeto em questão fizer uso da garantia, a mesma fica congelada até o restabelecimento/ normalização do objeto. Sendo a contagem continuada após o pleno funcionamento do objeto que se encontrava restrito e ou danificado.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.84. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.84.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.84.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a

legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.84.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.84.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A29]

7.85. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.1.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do Art. 29 . Parágrafo único da Lei nº 14.133 /2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do contrato será de acordo com o Instrumento de Medição de Resultados. (IMR).

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.38. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.38.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.39. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente no o CREA habilitado com seus certificados em plena validade não abstenendo-se das orientações das Norma Regulamentadora 17 (NR17) e NBR 10152, norma brasileira registrada no INMETRO.

9.39.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

A Empresa deverá ser Credenciada ao Fabricante

9.39.2. Considerando a necessidade de garantir a máxima eficiência, segurança e confiabilidade na prestação dos serviços, justifica-se a contratação de empresa credenciada ao fabricante do equipamento/sistema em questão. Equipamento adquirido e instalado por Empresas credenciadas possuem treinamento técnico especializado e tem garantia estendida, acesso direto a peças originais, atualizações de software e suporte técnico oficial, o que assegura maior qualidade na execução dos serviços.

Normas Técnicas e Regulamentadoras:

9.39.3. A conformidade com normas é fundamental. É necessário seguir as diretrizes de segurança previstas nas Normas Regulamentadoras, como a NR-10 (segurança em instalações elétricas) e a NR-35 (trabalho em altura), que garantem a segurança dos funcionários durante as operações. Além disso, seguir as especificações da ABNT – por exemplo, a NBR 16401, que define critérios técnicos para sistemas de ar condicionado e refrigeração – é crucial para assegurar a eficiência e a segurança dos sistemas.

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, § 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.45.1. *Para o Técnico em Refrigeração e Climatização:*

9.45.2. *Para o Técnico em eletricidade:*

9.45.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.47. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 392.576,331 (Trezentos e noventa e dois mil quinhentos e setenta e seis reais e trinta e três centavos), conforme custos da **pesquisa de preço** somado **garantia estendida de 5%**.

Memória de cálculo

10.2. O custo estimado da contratação é de R\$ 373.882,22 (Trezentos e setenta e três mil oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos.), conforme **pesquisa de preço**.

10.3 O custo estimado da **garantia estendida** correspondente a (nove) 9 meses após garantia legal e de (cinco) 5%, que corresponde ao valor de R\$ 18.694,11 (dezoito mil seiscentos e noventa e quatro reais e onze centavos).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) Gestão/unidade: 791540;

II) Fonte de recursos: 100000000;

III) Programa de trabalho: 236885;

IV) Elemento de despesa: 339039; e

V) Plano interno: Z4C3SLNZ1L0.

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 10 (dez) dias úteis com base no Art. 55 item II alínea a)*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas na *Licitação*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato pelas partes, na forma do artigo 111 item I e item II da Lei nº 14.133, de 2021*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de *1 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês conforme Art. 123 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. *.Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto:*

3.1.15.1. *Relatório final de conclusão do serviço devidamente assinado, informando todos os itens que foram trocados, bem como as instalações elétricas e mecânicas que foram reparadas.*

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.2. *A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.*

4.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A11]

4.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A12]

4.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

- 4.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.40. *Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.*

4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 5.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 5.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 5.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 5.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*
- 5.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 5.6. *É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 5.7. *O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 5.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 5.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.10.3. indenizações e multas.

6.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Licitação* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PATRICIA VIANNA DOS SANTOS

Encarregada da Divisão de Infraestrutura



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 14:46:04.

DIEGO ESTEVAM COELHO DOS SANTOS

Supervisor da Refrigeração



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 14:56:25.

